

Conselhinho: um rombo na peneira

Procurador da Fazenda é investigado por ter recebido mais de R\$ 1 milhão depois de emitir parecer que livrou o Banco Rural de penas previstas em processo do BC



A Controladoria-Geral da União determinou a instauração de ação disciplinar para apurar o envolvimento de seis servidores ou ex-ocupantes de cargos públicos com o Valerioduto. A lista inclui Emerson Eloy Palmieri, emissário do deputado cassado Roberto Jefferson nas negociações até hoje mal explicadas com dirigentes da Portugal Telecom, por ter ocupado de 11 de fevereiro de 2003 a 14 de junho de 2005 cargo em comissão na Embratur, e Glênio Sabbad Guedes, procurador da Fazenda Nacional, por ter recebido R\$ 902 mil, supostamente do esquema de corrupção operado pelo empresário Marcos Valério de Souza, enquanto integrava o Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional, conhecido como "Conselhinho".

"Se o resultado das investigações na repartição de origem do conselheiro não se revelar satisfatório, cabe à Controladoria-Geral da União fazer uma nova apuração para averiguar o envolvimento criminal do servidor público", diz o subcontrolador-geral da União, Jorge Hage.

Pedidos de informações do Coaf loca-

lizaram duas transferências eletrônicas de dinheiro registradas em relatório do Banco de Boston: uma de R\$ 782 mil e outra de R\$ 120 mil. As operações foram efetivadas uma semana depois de um parecer de Glênio Sabbad Guedes ser acatado por outros integrantes do "Conselhinho" em que pedia o arquivamento de processo do Banco Central contra o Banco Rural.

Glênio Sabbad Guedes foi afastado do Conselho de Recursos do Sistema Financeiro com a divulgação do suposto envolvimento com o Valerioduto. Lá, votava e emitia pareceres que poderiam resultar no cancelamento de multas a instituições financeiras.

Herança dos militares

Criado nos governos militares, o "Conselhinho" procurava dar uma aura institucional às decisões ditatoriais do regime.

É formado por oito conselheiros – quatro saídos do serviço público e quatro da iniciativa privada. O processo em que se pedia a punição do Banco Rural não foi o primeiro instaurado pela fiscalização do Banco Central. O caso passou por pelo menos duas instâncias da instituição e culminou com o pedido de condenação do estabelecimento bancário – até a decisão soberana dos integrantes do "Conselhinho", que votaram pela absolvição.

Em depoimento à CPI dos Correios, Glênio Sabbad Guedes confirmou ter recebido de uma empresa de Marcos Valério de Souza R\$ 1,6 milhão em conta bancária da qual é co-titular com os pais – R\$ 700

mil a mais do que o rastreado pelo Coaf. Negou, no entanto, que o dinheiro seja uma contrapartida por defender os interesses do Banco Rural no Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional.

Os pagamentos teriam como base um contrato firmado em 2003, com validade até 2005, entre o escritório de advocacia do pai, Ramon Guedes, e a empresa de consultoria Tolentino & Melo, da qual Marcos Valério é sócio. No depoimento à CPI dos Correios, disse que sua participação se limitou a ter apresentado o pai aos sócios da Tolentino & Melo. A bolada que confessou ter recebido não inclui a remessa de R\$ 120 mil, também rastreada pelo Coaf. Esse dinheiro, explicou, seria de uma transação imobiliária.

O nome de Glênio Sabbad Guedes surgiu pela primeira vez na agenda de Fernanda Karina Somaggio, ex-secretária de Marcos Valério. Nas anotações da secretária consta que a agência SMP&B teria pagado passagens e conta de celular do procurador. Ele admitiu à CPI dos Correios o pagamento das viagens, mas disse que reembolsou a empresa.

"É de uma desfaçatez que só brota no terreno fértil da impunidade que um servidor público, no exercício de uma tarefa de fiscalização ou como integrante de um colegiado responsável por julgamentos de instituições financeiras, admita que recebeu favores de uma empresa, mas considere que isso não é nada de mais só porque devolveu o dinheiro", diz o deputado federal Antônio Carlos Biscaia (PT-RJ).